



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER CONJUNTO

OBJETO

Projeto de Lei nº 04/06, de iniciativa do Poder Executivo Municipal de Campo Largo, cuja súmula estabelece a alteração do Anexo VI, da Lei Municipal 1200, de 27.06.96.

RELATÓRIO

Através deste expediente legislativo, o Poder Executivo Municipal de Campo Largo pretende aumentar os valores devidos a título de remuneração pelos plantões médicos de doze e de 24 horas contratados na área da saúde pública.

Para justificar esta revisão nos preços por serviços prestados por médicos em plantões específicos, a Administração Pública apresenta relatório circunstanciado em que demonstra o impacto financeiro e o não comprometimento dos limites aceitos pela legislação para as despesas com pessoal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

FUNDAMENTAÇÃO

Estas questões circunscrevem-se no âmbito de competência privativa do titular do Poder Executivo Municipal, por cogitar de matéria financeira, consoante previsão expressa contida nos incisos IV e V, do art. 67, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo e dos incisos IV e V, do art. 132, do Regimento Interno desta Câmara Municipal, de forma a viabilizar tecnicamente seu processamento legislativo.

Com a superação de qualquer vício de origem neste Projeto, verifica-se que seu conteúdo material, igualmente, cumpre às exigências emergentes do Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado ordinariamente pelos artigos 18 e 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que substituiu a Lei Camata, em virtude de sua implantação não implicar na extrapolção dos limites legais previstos para as despesas totais da Municipalidade com seu pessoal, em relação à sua receita corrente líquida, como se observa do relatório de impacto financeiro-orçamentário acostado na exposição de motivos deste Projeto de Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

abounga

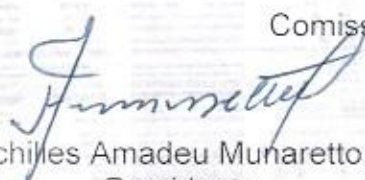
VOTO


Em assim sendo, pela verificação da inexistência de vícios de origem para o conhecimento desta proposição legislativa e por se revestir a questão de constitucionalidade, de legalidade e de técnica jurídica na composição do texto, os Membros da Comissão de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Campo Largo, em reunião conjunta, à unanimidade de votos, decidem recomendar ao plenário o conhecimento e a votação do Projeto de Lei nº 04/06, por ser de direito.

É o parecer!

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 09 de fevereiro de 2006.

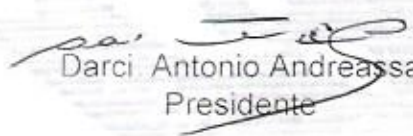
Comissão de Justiça e Redação



Achilles Amadeu Munaretto
Presidente

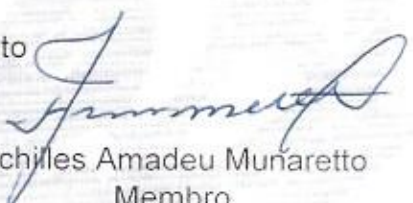

Cláudio Cyz
Relator


Jorge Julio
Membro

Comissão de Finanças e Orçamento


Darci Antonio Andreassa
Presidente


Marilena Schiavon
Relatora


Achilles Amadeu Munaretto
Membro